

## **CONSELHO GERAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO**

Nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1 do artigo 82.º e no artigo 86.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, bem como na alínea d), do n.º 1 do artigo 16.º, e no artigo 20º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), aprovados pelo Despacho Normativo n.º 58/2008, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 216, de 6 de Novembro de 2008, rectificado pela declaração de retificação nº 78/2009, publicado na 2ª Série do Diário da República n.º 8 de 13 de Janeiro, o Conselho Geral, em reunião de 21 de novembro de 2017, deliberou aprovar o presente Regulamento de Eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

### **REGULAMENTO PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO**

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Artigo 1.º**

##### **Objecto e âmbito**

O presente regulamento define os atos e formalidades a observar no âmbito do procedimento de eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco nos termos e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 82.º e no artigo 86.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro e na alínea d), do n.º 1 do 16.º e no artigo 20.º dos Estatutos do IPCB.

##### **Artigo 2.º**

##### **Elegibilidade**

São elegíveis para Presidente do IPCB, de acordo com o n.º 4 do artigo 86.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e com o n.º 2 do artigo 20.º, dos Estatutos do IPCB:

- a) Professores ou investigadores do IPCB ou de outras instituições, nacionais ou estrangeiras, de ensino superior ou de investigação;
- b) Individualidades de reconhecido mérito e experiência profissional relevante.

### Artigo 3.º

#### **Inelegibilidade**

Não pode ser eleito Presidente do IPCB, de acordo com o n.º 5 do artigo 86.º, da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro e com o n.º 3 do artigo 20.º, dos Estatutos do IPCB:

- a) Quem se encontre na situação de aposentado;
- b) Quem tenha sido condenado por infração disciplinar, financeira ou penal no exercício de funções públicas ou profissionais, nos quatro anos subsequentes ao cumprimento da pena;
- c) Quem incorra noutras inelegibilidades previstas na lei.

## **CAPÍTULO II PROCESSO ELEITORAL**

### Artigo 4.º

#### **Processo e calendário eleitoral**

1. O calendário eleitoral constitui o anexo I ao presente regulamento
2. O processo eleitoral inicia-se no dia fixado no calendário eleitoral
3. O prazo para apresentação de candidaturas coincide com o dia em que se inicia o processo eleitoral.

### Artigo 5.º

#### **Abertura de candidaturas**

1. A abertura de candidaturas é objeto de edital e respetivo anúncio público, constante do Anexo II ao presente regulamento, do qual faz parte integrante.
2. O edital é publicitado:
  - a) Em dois jornais de circulação nacional e dois jornais de circulação regional;
  - b) Na página da internet do IPCB;
  - c) Nos locais habituais dos Serviços centrais e da Presidência e nas Unidades Orgânicas do IPCB.
3. As publicações previstas, nas alíneas b) e c) do n.º 2 são divulgadas até ao termo do processo eleitoral.
4. O presente Regulamento é publicitado em anexo às publicações referidas nas alíneas b) e c) do n.º 2.
5. Compete ao Presidente do Conselho Geral promover a publicação e divulgação do edital, devendo o Presidente do IPCB em funções e os Diretores das Unidades

Orgânicas assegurar o cumprimento do disposto nas alíneas b) e c) do número 2, observando as datas previstas no calendário eleitoral.

6. Considera-se publicitado o início do período de candidaturas após a divulgação por qualquer um dos meios referidos no n.º 2 do presente artigo.

### **CAPÍTULO III** **APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS**

#### **Artigo 6.º**

##### **Apresentação de Candidaturas**

1. O processo de candidatura deverá incluir:
  - a) Declaração de candidatura;
  - b) Programa de ação proposto pelo candidato, integrando as bases programáticas do plano estratégico para o quadriénio do mandato;
  - c) *Curriculum vitae* do candidato;
  - d) Declaração, sob compromisso de honra de que não incorre em nenhuma situação de inelegibilidade ou incompatibilidades previstas na lei, nos estatutos e no presente regulamento;
  - e) Listas de subscritores.
2. A candidatura e todos os documentos que a compõem devem ser apresentados em língua portuguesa, devendo o candidato que possua nacionalidade estrangeira mencionar expressamente que possui domínio escrito e falado da língua portuguesa.
3. A candidatura deverá ser subscrita por, pelo menos, 16 docentes (dos quais pelo menos 50% terão que ser professores de carreira), 16 estudantes e 8 não docentes representando todas as unidades orgânicas, mediante assinatura e identificação através do número do bilhete de identificação civil.
4. Os processos de candidatura deverão ser entregues em mão, em envelope fechado, em papel e suporte digital formato pdf, endereçado ao Presidente do Conselho Geral, no Secretariado da Presidência do IPCB, no prazo fixado no calendário eleitoral, contra a entrega de recibo com registo de data e hora.
5. O Secretariado da Presidência do IPCB encaminhará os processos de candidatura para o Presidente do Conselho Geral.

#### **Artigo 7º**

##### **Admissibilidade**

1. A verificação da admissibilidade dos candidatos compete a uma Comissão constituída por cinco membros do Conselho Geral, nela estando representados todos os corpos.
2. No caso de serem detetadas insuficiências ou irregularidades na organização dos processos, a comissão referida no número anterior comunicá-lo-á, de imediato, aos

candidatos, tendo estes o prazo fixado no calendário eleitoral para suprirem as insuficiências ou irregularidades.

3. Serão rejeitadas as candidaturas cujas insuficiências ou irregularidades não sejam sanadas dentro do prazo fixado no calendário eleitoral.
4. Compete ainda à Comissão:
  - a) Notificar os candidatos da decisão de admissibilidade ou não admissibilidade;
  - b) Proceder à divulgação, por todos os membros do Conselho Geral da documentação entregue pelos candidatos admitidos, por via eletrónica;
  - c) Proceder à publicação do edital com a decisão final sobre os candidatos admitidos e respetiva data e hora da audição pública;
  - d) Divulgar nos locais habituais das Escolas, Serviços Centrais e na página da internet do IPCB instando o Presidente do Instituto em funções e os Diretores das Unidades Orgânicas a assegurar a publicitação.
5. A audiência aos candidatos não admitidos será oral e feita pela Comissão durante o período previsto no calendário eleitoral.
6. As notificações serão feitas por via eletrónica para o endereço de correio eletrónico apresentado pelos candidatos e via telefone pelo coordenador da comissão, no período previsto no calendário eleitoral.

#### Artigo 8.º

##### **Procedimento eleitoral deserto**

1. Se o procedimento eleitoral ficar deserto por não existir candidatura no prazo referido no calendário eleitoral, por não apresentação, exclusão ou rejeição das candidaturas que hajam sido apresentadas, iniciar-se-á um novo período para apresentação de candidaturas.
2. Nos casos previstos no número anterior, repetir-se-á, com as necessárias adaptações, todo o procedimento eleitoral referido no presente Regulamento, sem aproveitamento de quaisquer atos ou formalidades anteriores, iniciando-se um novo período para apresentação de candidaturas, igualmente de 15 dias seguidos, durante os quais serão admitidas candidaturas subscritas por metade dos elementos indicados para cada corpo, nos termos do n.º 7 do artigo 20.º dos Estatutos do IPCB.
3. Decorridos os 15 dias seguidos previstos no número anterior e o procedimento eleitoral continuar deserto, a votação prevista no artigo 11.º pode incidir sobre qualquer professor de carreira, do IPCB, que não tenha previamente afirmado a sua indisponibilidade.

## **CAPÍTULO IV AUDIÇÃO PÚBLICA**

### **Artigo 9.º**

#### **Audição pública**

O processo de audição pública dos candidatos admitidos é conduzido pelo Presidente do Conselho Geral, em reunião expressamente convocada para o efeito, no Auditório dos Serviços Centrais do Instituto, no período fixado no Calendário Eleitoral.

### **Artigo 10.º**

#### **Audição pública**

1. A audição pública deverá ter a duração máxima de 120 minutos, por candidato.
2. A audição dos candidatos é sucessiva e efetuada por sorteio no prazo fixado no calendário eleitoral.
3. Cada candidato terá um período máximo de 30 minutos para apresentação do seu programa de ação e currículo.
4. Seguidamente o candidato responderá a três questões comuns, acordadas no Conselho Geral e previamente conhecidas, após o que os membros do Conselho Geral poderão colocar ao candidato as questões que entenderem convenientes, pela ordem de inscrição efetuada perante o Presidente do Conselho Geral.
5. O período total de respostas destinado ao candidato não pode ser inferior ao período reservado às questões colocadas pelos membros do Conselho Geral.

## **CAPÍTULO V ELEIÇÃO**

### **Artigo 11.º**

#### **Eleição**

1. Concluída a audição pública dos candidatos, o Conselho Geral do IPCB reúne, com o seguinte ponto único da ordem de trabalhos: “Eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco”, de acordo com o previsto no Calendário Eleitoral.
2. Será eleito Presidente do IPCB, por voto secreto, o candidato que à primeira volta obtenha a maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho Geral.
3. Se tal não se verificar, haverá uma segunda volta, à qual se apresentam apenas os dois candidatos mais votados, considerando-se eleito o que obtiver maior número de votos. Se aquela situação se mantiver será marcada nova reunião, em data a acordar, entre os membros do Conselho Geral.

### **Artigo 12.º**

### **Comunicação da eleição**

1. Concluído o processo de eleição, o Presidente do Conselho Geral comunica o respetivo resultado, no dia útil seguinte, fazendo-o publicar por meio de edital, devendo o Presidente do IPCB em funções e os Diretores das Unidades Orgânicas assegurar a sua divulgação nos Serviços Centrais e nas Unidades Orgânicas, respetivamente, e na página da internet do IPCB.
2. O Presidente do IPCB em funções enviará a ata da reunião da eleição, para homologação, ao Ministério da tutela no prazo de cinco dias úteis.

### **Artigo 13.º**

#### **Tomada de posse do Presidente**

1. Da decisão do Ministro da tutela será dado conhecimento ao Presidente do Conselho Geral.
2. O Presidente eleito tomará posse em sessão pública do Conselho Geral, a realizar no Auditório dos Serviços Centrais, no prazo de 30 dias seguidos após a publicação da homologação do resultado, no Diário da República.

### **CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 14.º**

#### **Casos omissos e dúvidas de interpretação**

As omissões e dúvidas de interpretação serão decididas pelo Conselho Geral.

### **Artigo 15.º**

#### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação pelo Conselho Geral.

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 21 de novembro de 2017.

## ANEXO I

### CALENDÁRIO ELEITORAL

3 de janeiro	Início do processo eleitoral
3 de janeiro	Publicitação do anúncio de abertura de candidaturas
De 3 a 17 de janeiro	Período de candidaturas
Até 24 de janeiro	Decisão prévia sobre admissibilidade e supressão de insuficiências ou irregularidades
31 de janeiro	Comunicação e notificação da decisão prévia de admissibilidade ou não admissibilidade
Até 05 de fevereiro	Decisão do recurso, audiência prévia e edital das candidaturas admitidas
07 de fevereiro	Envio aos membros do Conselho Geral dos processos de candidatura e do edital.
14 de fevereiro	Sorteio da ordem de audição e notificação dos candidatos
22 de fevereiro	Audição pública dos candidatos em reunião do Conselho Geral
22 de fevereiro	Reunião do Conselho Geral para eleição do Presidente

**ANEXO II**  
**ANÚNCIO PÚBLICO**

**ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO**

Nos termos do disposto pelo artigo 86.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e na alínea d) do n.º 1, do artigo 16.º e no artigo 20.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) e do artigo 5.º do Regulamento de Eleição do Presidente do IPCB, aprovado em 21 de novembro de 2017 pelo Conselho Geral do IPCB, torno público que, entre os dias 3 a 17 de janeiro de 2018, se encontra aberto o prazo para apresentação de candidaturas para a eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

O processo eleitoral encontra-se definido no Regulamento de Eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, disponível para consulta em [www.ipcb.pt](http://www.ipcb.pt).

Castelo Branco, 21 de novembro de 2017

O Presidente do Conselho Geral do IPCB

Professor Doutor Vítor Santos